

IDENTIDADE E VALOR: O NOVO CONTRATO SOCIAL PORTUGUÊS

GOVERNAR NÃO É ADMINISTRAR:
É TER UMA IDEIA DE PAÍS

PACOTE LABORAL:
ENTRE O ALÍVIO FISCAL DAS
EMPRESAS E A ASFIXIA DO CUSTO
DE VIDA

IMIGRAÇÃO ESTRATÉGICA:
SOLUÇÃO PARA O PIB OU RISCO
PARA A COESÃO SOCIAL?



Briefing

Maio
NÚMERO 4

2026



POLÍTICA & GOVERNAÇÃO 03

Identidade e Valor: O Novo Contrato Social Português

Governar não é Administrar: É ter uma Ideia de País

ECONOMIA & EMPRESAS 09

O Novo Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) em Portugal

A Bomba na Cave

FISCALIDADE 16

IRS News

DIREITO & REGULAÇÃO 18

Pacote Laboral: Entre o Alívio Fiscal das Empresas e a Asfixia do Custo de Vida

Imigração Estratégica: Solução para o PIB ou Risco para a Coesão Social?

Do Império da Norma à Erosão da Alteridade: A Crise de Legitimidade nas Forças de Segurança em Portugal

NOTA FINAL 27

Destaque cultural do mês
Recomendações de leitura do mês
Fecho

R&C CONSULTORES

IDENTIDADE E VALOR: O NOVO CONTRATO SOCIAL PORTUGUÊS

O mês de maio de 2026 assinala um ponto de viragem estrutural em Portugal, cruzando a reconfiguração legislativa da cidadania com uma alteração profunda das relações laborais. O passado 1.º de Maio funcionou como o principal rastilho de oposição cívica ao novo pacote laboral, frequentemente apelidado de "Trabalho XXI". A medida central e mais contestada deste pacote é o forte alargamento do "banco de horas", que permite aos empregadores aumentar o período normal de trabalho em até duas horas diárias, atingindo as 50 horas semanais, sob um limite anual de 150 horas suplementares que contornam o pagamento imediato de trabalho extraordinário. Enquanto as confederações patronais e a aliança parlamentar de direita defendem este mecanismo como uma resposta indispensável de flexibilidade organizativa e estímulo à produtividade, a esquerda e as frentes sindicais apontam-no como um retrocesso histórico. Alerta-se para a exaustão de profissionais vitais, como os médicos do SNS, para os ataques à parentalidade e para o agravar da precariedade. Em repúdio a este pacote e ao que considera ser uma exclusão inconstitucional das mesas de negociação, a CGTP convocou uma grande Greve Geral para o dia 3 de junho de 2026.

Em paralelo com a redefinição do fator trabalho, o pilar identitário do Estado foi substancialmente alterado a 3 de maio com a promulgação da nova Lei da Nacionalidade pelo Presidente da República, António José Seguro. Este diploma impõe barreiras temporais muito mais severas à naturalização: o tempo de residência exigido salta de cinco para sete anos para cidadãos da CPLP e da União Europeia, e fixa-se numa década para cidadãos de países terceiros. Adicionalmente, a contagem processual apenas se inicia a partir da emissão física do título de residência. Num contexto em que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) regista mais de 133 mil processos bloqueados só no Tribunal Administrativo de Lisboa, o atraso do Estado passa a penalizar diretamente o imigrante.

Esta revisão legal tem gerado intensos embates. O bloco governamental saúda-a ativamente como uma correção ao "viés ideológico" dos últimos anos. Por contraste, o Bloco de Esquerda e o PCP classificam o diploma como uma legislação "cruel" e uma cedência à agenda da extrema-direita, destacando a falta de um regime transitório justo e o sério risco de gerar crianças apátridas (filhas de imigrantes nascidas em Portugal), já que a nacionalidade originária passa a exigir cinco anos de residência legal prévia de, pelo menos, um dos progenitores. Embora António José Seguro não tenha vetado o diploma politicamente para evitar um impasse permanente, advertiu expressamente contra a inclusão de "marcas ideológicas do momento" em leis de tal dimensão estrutural.

Em suma, estes dois eixos consubstanciam o novo contrato social em curso. Por um lado, define-se estritamente quem pode integrar a comunidade nacional, impondo um funil demográfico e burocrático de longa duração. Por outro, definem-se as regras para extrair valor dos que a compõem, com o Estado a recorrer à densificação intensiva de horários para responder às pressões macroeconómicas e patronais. Num modelo de coabitação tática entre o Presidente da República e a maioria parlamentar, a arquitetura económica e identitária do país caminha rapidamente para o seu maior teste de resistência: a eficácia nos tribunais e o impacto disruptivo da rua.

